



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2021



FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DA ARCELORMITTAL BRASIL - FUNSSEST

BALANÇO PATRIMONIAL DOS PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2021	2020	PASSIVO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	53.985	51.259	PASSIVO CIRCULANTE	18.523	11.926
Disponível	271	1.359	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	18.491	11.904
Realizável	53.714	49.900	Provisão de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (nota 7)	2.954	-
Aplicações Financeiras (nota 5)	51.338	47.568	Provisão de Eventos a Liquidar para SUS (nota 8)	4	18
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	15.517	14.488	Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores (nota 8)	7.412	5.906
Aplicações Livres	35.821	33.080	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA (nota 9)	8.119	5.980
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde (nota 6)	2.376	2.332	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA SUS (nota 9)	2	-
Contraprestação Pecuniária	2.317	2.280	Débitos de Operações de Assistência à Saúde	29	21
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	59	52	Contraprestações a Restituir	29	21
			Débitos Diversos	3	1
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.249	4.813	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.238	4.841
Realizável a longo prazo	5.249	4.813	Provisões	5.238	4.841
Depósitos Judiciais (nota 10)	5.249	4.813	Provisões para Ações Judiciais (nota 10)	5.238	4.841
			PATRIMÔNIO SOCIAL (nota 11)	35.473	39.305
			Reservas	39.305	28.225
			Lucros/Prejuízos - Superávits/Déficits Acumulados ou Resultado	(3.832)	11.080
TOTAL DO ATIVO	59.234	56.072	TOTAL DO PASSIVO	59.234	56.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DA ARCELORMITTAL BRASIL - FUNSSEST

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	74.884	68.088
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	74.884	68.088
Contraprestações Líquidas (nota 12)	77.838	68.088
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(2.954)	-
Eventos Indenizáveis Líquidos	(83.184)	(58.737)
Eventos Conhecidos ou Avisados (nota 12)	(81.044)	(59.621)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(2.140)	884
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	(8.300)	9.351
Outras Receitas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde (nota 12)	2.465	2.466
Outras Receitas Operacionais	2.465	2.466
Outras Despesas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde	(147)	(721)
Provisão para Perda sobre Crédito	(147)	(721)
RESULTADO BRUTO	(5.982)	11.096
Despesas Administrativas (nota 13)	(579)	(1.125)
Resultado Financeiro Líquido	2.729	1.109
Receita Financeira (nota 12)	2.847	1.532
Despesa Financeira	(118)	(423)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	(3.832)	11.080
RESULTADO LÍQUIDO	(3.832)	11.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DA ARCELORMITTAL BRASIL - FUNSSEST

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Superávit (Déficit) do exercício	(3.832)	11.080
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(3.832)</u>	<u>11.080</u>

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DA ARCELORMITTAL BRASIL - FUNSSEST

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Reserva de Lucros/Sobras/ Retenções	Superávits/ Déficits do Exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2019	28.225	-	28.225
Superávit do exercício	-	11.080	11.080
Constituição de reservas	11.080	(11.080)	-
Em 31 de dezembro de 2020	39.305	-	39.305
Déficit do exercício		(3.832)	(3.832)
Absorção de reservas	(3.832)	3.832	-
Em 31 de dezembro de 2021	35.473	-	35.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DA ARCELORMITTAL BRASIL - FUNSSEST**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

(Em milhares de reais - R\$)

	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Plano Saúde	84.317	73.363
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	97.640	58.188
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	5.824	395
(+) Outros Recebimentos Operacionais	2	1
(-) Pagamentos à Fornecedores / Prestadores de Serviço de Saúde	(83.657)	(64.149)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(73)	(161)
(-) Pagamentos de Tributos	-	(1)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(280)	(642)
(-) Aplicações Financeiras	(104.626)	(65.426)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(233)	(251)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(1.088)	1.317
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.088)	1.317
Caixa - Saldo Inicial	1.359	42
Caixa - Saldo Final	271	1.359
Ativos Livres no Início do Período	33.080	25.543
Ativos Livres no Final do Período	35.821	33.080
AUMENTO NAS APLICAÇÕES FINANCEIRA - RECURSOS LIVRES	2.742	7.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DA ARCELORMITTAL BRASIL - FUNSSEST PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Seguridade Social da ArcelorMittal Brasil - FUNSSEST, doravante referida como "FUNSSEST", "Fundação" ou "Entidade", é uma entidade fechada de previdência complementar com sede na Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, 526, Serra - ES, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado distinta de suas patrocinadoras, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, patrocinada pela ArcelorMittal Brasil S.A., ArcelorMittal Planos Comercial Ltda. e a própria Fundação. Contendo dentre seus planos de benefícios, os planos de assistência à saúde, no qual se classificam como autogestão, por ter a responsabilidade compartilhada com seus 27.115 beneficiários em 2021 (28.895 em 2020). Por ser uma entidade de autogestão na área de saúde suplementar sobre o número de registro ANS nº 33080-9, a Fundação não visa lucro, tendo o seu rendimento reaplicado, assim melhorando o bem-estar social dos seus beneficiários.

A FUNSSEST é regida pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 81.240, de 20 de janeiro de 1978 e pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

A Fundação administra os seguintes planos assistenciais:

Plano	Tipo de Plano	Registro ANS	Quantidade de Beneficiários	
			2021	2020
Participativo Titular	Assistencial Saúde	459599/09-8	4.089	5.006
Participativo Agregado	Assistencial Saúde	459597/09-1	2.373	2.745
Cobertura Suplementar	Assistencial Saúde	460134/09-3	14.030	14.409
Odontoplus	Assistência Odontológica	436665/01-9	5.426	6.735
Funssest Agregado Familiar	Assistencial Saúde + Odonto	486118/20-3	179	-
Funssest Família	Assistencial Saúde + Odonto	486117/20-5	303	-
Funssest Odonto	Assistência Odontológica	486242/20-2	94	-
Funssest Suplementar	Assistencial Saúde + Odonto	486119/20-1	621	-
TOTAL			27.115	28.895

Todos os planos de saúde e odontológico, administrados pela FUNSSEST são devidamente registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A Entidade está subordinada às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, à qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

Em julho de 2020, foi realizado junto a ANS, o registro de quatro novos planos, quais sejam: Funssest Agregado Familiar, Funssest Família, Funssest Odonto e Funssest Suplementar. Estes planos foram criados com os seguintes objetivos: 1) Unificar os produtos saúde e odontológico; 2) Adequar a rede credenciada à área de abrangência (Grande Vitória), e 3) Alterar o fator moderador de Franquia para "Coparticipação". A partir de fevereiro de 2021 todos os novos entrantes já foram inscritos nos novos planos. Em consonância com os objetivos acima traçados, a Fundação deu início ao processo de migração dos beneficiários inscritos nos planos antigos para os novos planos, cuja migração ocorrerá de forma gradativa e será concluído em 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que compreendem o plano de contas padrão instituído pela ANS, por meio da Resolução Normativa nº 472, de 29 de setembro de 2021, bem como os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aspectos relacionados à Lei nº 11.638/07 e à Lei nº 11.941/09 que forem aplicáveis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras.

Ativos Circulantes

Os ativos são reconhecidos pelos valores de realização, atualizados, quando aplicável, pelos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras foram classificadas segundo a intenção e finalidade da Fundação na categoria específica: ativos financeiros ao valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado. A classificação depende da natureza e finalidade do ativo que é determinada na data de aquisição conforme modelo de negócio da Entidade. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo. De acordo com o CPC 46, que trata da mensuração do valor justo, pode se observar níveis hierárquicos a serem seguidos.

(i) Ativos financeiros ao valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado

Os ativos classificados nessa categoria foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados, independentemente do prazo de seu vencimento, observando as condições de mercado e a estratégia adotada para essa carteira.

Após reconhecimento inicial, tanto os custos de transação atribuíveis às aplicações financeiras quanto suas flutuações são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(ii) Hierarquia do valor justo

A Fundação segue a hierarquia de três níveis para a mensuração do valor justo, estabelecida pelo CPC 46, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Os créditos são registrados e mantidos pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados pelas provisões estimadas para eventuais perdas.

Provisões para Perdas Sobre Crédito - PPSC

É constituída para fazer face às potenciais perdas relativas aos créditos pendentes de recebimento, oriundos dos planos de saúde e odontológico. A referida provisão é constituída em conformidade com o Capítulo I da Resolução Normativa nº 472/2021, na qual estabelece que havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato deverá ser provisionada.

Ativo Não Circulante

São mensurados pelo valor de custo, acrescidos, quando aplicáveis, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas.

Passivos Circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo as provisões constituídas, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

Provisões Técnicas

São valores contabilizados no passivo e que devem refletir as obrigações esperadas decorrentes da operação de planos privados de assistência à saúde, estas provisões devem ser constituídas conforme determina a Resolução Normativa nº 393, de 09 de dezembro de 2015 e alterações.

(i) Provisão para Eventos a Liquidar (PEL) – Para o Sistema Único de Saúde (SUS)

As provisões de ressarcimento ao SUS referem-se às despesas assistenciais incorridas devido ao atendimento de beneficiários do Plano, pelo SUS. Estes valores são registrados contabilmente conforme Avisos de Beneficiários Identificados (ABI), demonstrados no site da ANS.

(ii) Provisão para Eventos a Liquidar (PEL) – Para Outros Prestadores Assistenciais

Constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, para fazer frente aos valores a pagar.

(iii) Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações - PIC

Provisão constituída quando o valor do prêmio/contraprestação for inferior ao tecnicamente necessário para custeio das despesas diretas da operação de planos.

(iv) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA

Constituída com o objetivo de assegurar pagamento aos eventos já ocorridos, mas que ainda não foram avisados à operadora. A FUNSSEST adota metodologia de cálculo previsto na Resolução Normativa nº 393/2015 e alterações, que determina utilizar o maior resultado entre os seguintes valores:

- a. 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) do total das contraprestações nos últimos 12 (doze) meses;
- b. 10% (dez por cento) do total de eventos indenizáveis nos últimos 12 (doze) meses.

(v) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados no SUS – PEONA SUS

Provisão estabelecida pela RN nº 442/2018 da ANS que trata dos eventos ocorridos e não avisados originados na rede pública de saúde, o SUS, decorrentes do uso do sistema público de saúde pelos beneficiários de planos de saúde e que teve sua constituição iniciada em janeiro de 2021. A FUNSSEST adota metodologia de cálculo prevista na referida Resolução.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

a. Alterações e revisões das normas

No exercício corrente, a Fundação revisou as alterações de emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2021:

- IFRS 16 (CPC 06) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 – Em março de 2021, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16) após 30 de junho de 2021 que estende o expediente prático para aplicação a esses pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

b. Novos pronunciamentos emitidos e alterações nas normas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2021 e ainda não adotados:

Na data da aprovação destas Demonstrações Financeiras a Fundação não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

- IFRS 17 (CPC 50) – Contratos de seguros (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023) – A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 (CPC 11) – Contratos de Seguro.
- Alterações à IAS 1 (CPC 26) – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada) – As alterações afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.
- Alterações à IAS 37 (CPC 25) – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada) – As alterações esclarecem o que representam “custos para cumprir um contrato” quando se avalia se um contrato é oneroso.
- Alterações à IAS 1 (CPC 26) – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023) – As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis.
- Alterações à IAS 8 (CPC 23) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro—Definição de Estimativas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2023) – A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis.

A Administração não espera que a aplicação dessas normas tenha impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os ativos financeiros são aplicados no mercado financeiro em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimento. As aplicações estão alocadas em cotas de fundos de investimentos administrados pelos bancos, BNP Paribas, Santander, Safra e Bradesco.

Os ativos vinculados estão aplicados no fundo HSBC FI Referenciado DI LP Health Care no montante de R\$ 15.517 em dezembro de 2021 (R\$ 14.488 em 2020).

Aplicações Financeiras	2021	2020
Aplicações Vinculadas (i)	15.517	14.488
Aplicações Livres (ii)	35.821	33.080
Total	51.338	47.568

(i) Aplicações Vinculadas a Provisão Técnica:

De acordo com o art. 10 da Resolução Normativa nº 392 de 9 de dezembro de 2015, a operadora deve manter em contas vinculadas à ANS, aplicações financeiras registradas como ativos garantidores, estes ativos visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar.

Abaixo estão demonstradas as garantias financeiras líquidas que em 31 de dezembro de 2021 apresentaram insuficiência de ativos garantidores de R\$ 2.690 e (suficiência de R\$ 2.623 em 2020).

Descrição	2021	2020
Ativos Garantidores	15.517	14.488
Aplicações Vinculadas às Provisões Técnicas	15.517	14.488
Provisões Técnicas	18.207	11.865
Provisão de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações	2.954	-
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	4	18
Provisão de Eventos a Liquidar (mais de 60 dias)	7.128	5.867
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados	8.121	5.980
Garantias Financeiras Líquidas	(2.690)	2.623

(ii) Aplicações Livres:

Os valores não vinculados estão aplicados em fundos de investimentos de renda fixa no montante de R\$ 35.821 em dezembro de 2021 (R\$ 33.080 em 2020). Esses fundos são avaliados pelo valor de mercado com quotas divulgadas pelas administradoras e os rendimentos são reconhecidos pela variação dessas quotas. As aplicações financeiras da Fundação, mensurados a valor justo em bases recorrentes, são classificadas na hierarquia do valor justo como nível 2.

A composição das aplicações financeiras distribuídas entre Fundos Exclusivos e Não Exclusivos, sem vencimento, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	2021		2020	
	Valor Contábil	Valor a Mercado	Valor Contábil	Valor a Mercado
Aplicações Financeiras Planos Assistenciais				
Fundos de Investimentos de Renda Fixa	51.338	51.338	47.568	47.568
Títulos para negociação - Sem Vencimento	51.338	51.338	47.568	47.568
Fundos Exclusivos:	21.772	21.772	33.080	33.080
Fundo de Investimento Referenciado DI Institucional Blue	3.318	3.318	21.740	21.740
BNP Paribas Mont Blanc Fundo de Investimento RF Crédito Privado Previdenciário	18.454	18.454	11.340	11.340
Fundos Não Exclusivos:	29.566	29.566	14.488	14.488
Santander Fundo de Investimento Dedicado a Saúde Suplementar - ANS	-	-	5.907	5.907
Fundo Safra Capital Mark	14.049	14.049	-	-
HSBC FI Referenciado DI LP Health Care	15.517	15.517	8.581	8.581

A composição dos investimentos nos Fundos Exclusivos são como segue:

Fundo de Investimento Referenciado DI Institucional Blue

Ativos em carteira	Emissor	Vencimento	2021		2020	
			Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
LFT	Tesouro Nacional	2021	-	-	8.333	8.333
LFT	Tesouro Nacional	2022	1.122	1.122	2.492	2.492
LF	CARREFOUR	2025	-	-	108	108
LF	Alfa	2022	79	79	-	-
LF DI CDIE	ABC	2021	-	-	568	568
LF DI CDIE	ABC	2022	225	225	493	493
LF DI CDIE	Itaú	2024	156	156	590	590
LF DI CDIE	Itaú	2021	-	-	59	59
LF DI CDIE	Itaú	2025	-	-	330	330
LF DI CDIE	Santander	2022	-	-	1.450	1.450
LF DI CDIE	Votorantim	2022	121	121	1.401	1.401
LF DI CDIE	Safrá	2022	-	-	1.535	1.535
LF DI CDIE	BNP	2022	-	-	1.632	1.632
Debêntures	Natura	2021	-	-	129	129
Debêntures	Telefônica	2022	-	-	744	744
Debêntures	SABEREDU	2021	-	-	25	25
Debêntures	GERDAU	2022	35	35	80	80
Debêntures	HAPVIDA e COPEL GT	2024	73	73	74	74
Debêntures	NTRASSUD	2023	224	224	727	727
Debêntures	COPEL GT	2025	-	-	87	87
Debêntures	PETROBRAS	2022	30	30	134	134
Debêntures	BCBF	2024	48	48	-	-
Debêntures	B3	2025	227	227	516	516
NC	Localiza	2021	-	-	236	236
NTN - Over	Tesouro	2022	978	978	-	-
Despesas a Pagar		-	(2)	(2)	(6)	(6)
Caixa		-	1	1	2	2
Total			3.317	3.317	21.739	21.739

BNP Paribas Mont Blanc Fundo de Investimento RF Crédito Privado Previdenciário

Ativos em carteira	Emissor	Vencimento	2021		2020	
			Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Letra Financeira	Banco RCI, Safra, Bradesco, Banco Toyota, Banco Mercedes, Banco Volkswagen e Banco GMAC	2022	3.745	3.745	3.203	3.203
Letra Financeira	Banco Bradesco, Banco RCI	2022	412	412	2.101	2.101
Letra Financeira	GMACBM E DAYCOVAL	2023	3.523	3.523	367	367
Letra Financeira	CEF	2024	-	-	46	46
Debêntures	Natura, Localiza, Energisa, CEMAT CPFL, Rio Grande Energia e Rio Parapanema Energia, EDP Espirito Santo, EDP São Paulo, AES Tiete Energia	2021	-	-	160	160
Debêntures	CCR	2022	2.787	2.787	168	168
Debêntures	Intervias, Elektro, eletropaulo, CPFG	2023	978	978	809	809
Debêntures	SABESP	2023	180	180	92	92
Debêntures	Itausa, Sonae e Petrobras	2024	678	678	258	258
Debêntures	Dasa, Natura, Copoel, eneva, B3 e Aguas Gariroba	2024	841	841	570	570
Debêntures	Energisa e CEMAT	2025	388	388	96	96
Debêntures	Autoban e Coelba	2026	537	537	279	279
Debêntures	Geti	2027	691	691	89	89
Debêntures	CEEE	2029	87	87	-	-
Debêntures	Coelba, Comgas	2031	1.076	1.076	-	-
Debêntures	Holdarag	2036	100	100	-	-
Debêntures	Aestucn	2041	117	117	-	-
CDB Pré Fixado	Volkswagen	2021	-	-	275	275
Cotas FIDC	FIDC IMPER CCEAR SEN	2023	285	285	184	184
Cotas Fundo RF	BNP P C FICFIRF CPLP	2023	2.029	2.029	959	959
LFT	Tesouro Nacional	2021	-	-	1.356	1.356
Despesas a Pagar		-	-	-	(2)	(2)
Total			18.454	18.454	11.340	11.340

6. CRÉDITO DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Os créditos vencidos há mais de 90 dias foram provisionados na conta de Provisão para Perdas sobre Créditos - PPSC, conforme definido pelo Anexo I da Resolução Normativa nº 472, de 29 de setembro de 2021, a qual orienta que havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito deste contrato deverá ser provisionada.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A Vencer	2.314	2.502
Vencidos até 30 dias	207	98
Vencidos 31a 60 dias	147	71
Vencidos 61 a 90 dias	47	49
Vencidos há mais de 90 dias	3.681	3.486
(-) Provisão para perda sobre créditos	(4.020)	(3.874)
Total	<u>2.376</u>	<u>2.332</u>

A Movimentação da Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC no exercício de 2021 e 2020 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>3.152</u>
Adições	839
Baixas	(117)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>3.874</u>
Adições	630
Baixas	(484)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>4.020</u>

7. PROVISÃO PARA INSUFICIÊNCIA DE PRÊMIOS/CONTRAPRESTAÇÕES - PIC

Introduzida pela Resolução Normativa nº 442 de 20 de dezembro de 2018, que alterou a Resolução normativa nº 393 de 9 de dezembro de 2015, a provisão será constituída quando houver insuficiência de contraprestações necessária para cobertura dos eventos/sinistros a que se destina.

A FUNSSEST não possui metodologia própria para cálculo da PIC, e, portanto, utiliza como referência para a determinação do montante a ser provisionado o fator de insuficiência de contraprestações/prêmios (FIC), constante do Anexo VII desta Resolução Normativa nº 393 de 9 de dezembro de 2015.

A constituição dessa provisão teve início em janeiro de 2021, conforme previsão legal. Em 31 de dezembro de 2021 o montante contabilizado foi de R\$ 2.954 (R\$ 0 em 2020).

8. PROVISÃO PARA EVENTOS A LIQUIDAR (ASSISTÊNCIA À SAÚDE E ODONTOLÓGICA)

A Resolução Normativa nº 393, de 09 de dezembro de 2015, alterada pela Resolução Normativa nº 442, de 20 de dezembro de 2018, determina a constituição desta provisão a partir de 1º de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança às operadoras.

Idade	2021	2020
Acima de 60 dias	4	18
Sub-total (SUS)	4	18
Até 60 dias	283	39
Acima de 60 dias	7.128	5.867
Sub-total (Outros)	7.412	5.906
Total	7.416	5.924

9. PROVISÃO PARA EVENTOS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS (PEONA e PEONA-SUS)

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA foi de R\$ 8.119 (R\$ 5.980 em 2020) e PEONA-SUS no montante de R\$ 2, cujo início se deu em janeiro de 2021 por meio da Resolução Normativa nº442/2018 ambas registradas de forma integral. A Fundação ainda não possui uma metodologia atuarial própria para estimar os eventos ocorridos e não avisados, e, portanto, utilizou a metodologia prevista pela ANS para o registro da provisão, vide nota 3 (iv).

10. PROVISÃO PARA AÇÕES JUDICIAIS

Risco	Ações cíveis (a)		Ações tributárias (b) (*)	
	2021	2020	2021	2020
Provável	86	98	-	-
Possível	2.795	2.438	5.152	4.743
Remoto	30	25	-	-
Total	2.911	2.562	5.152	4.743

(*) A Entidade contabilizou a contingência tributária relativas a PIS e COFINS, sobre as contribuições destinadas ao custeio de suas despesas operacionais, apesar desta ser classificada, na avaliação de seus assessores legais, como risco de perda possível, pois entende se tratar de uma obrigação legal. Cabe destacar que este saldo de provisão para ações judiciais possui uma contrapartida de igual valor no ativo, por conta dos valores depositados judicialmente.

a. Ações Cíveis

A FUNSSEST é ré em causas cíveis cujo montante questionado em 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$ 2.911 (R\$ 2.562 em 2020), dos quais R\$ 86 (R\$ 98 em 2020) foi classificado com prognóstico de perda provável, que equivale a 3% do total das ações cíveis, e que se encontram provisionados. Os demais processos foram classificados pelos assessores jurídicos como risco possível e remoto sendo R\$ 2.795 (R\$ 2.438 em 2020) e R\$ 30 (R\$ 25 em 2020), respectivamente, e esses montantes não se encontram provisionados. As principais naturezas dos processos cíveis classificados com risco possível e remoto consistem em questionamentos de participantes dos planos sobre reajustes das contribuições, questionamentos sobre cobertura dos planos, dentre outros.

b. Ações Tributárias

Em dezembro de 2010, a FUNSSEST entrou com Ação Declaratória contra a União Federal, pleiteando que a Entidade não seja compelida a pagar PIS e COFINS sobre as contribuições destinadas ao custeio de suas despesas operacionais, em conformidade com a Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Por meio desta ação, a FUNSSEST passou a recolher o referido tributo por meio de depósito judicial, que ocorreram de janeiro de 2011 a outubro de 2015, quando após novo entendimento da área jurídica da Fundação, foram suspensos e voltaram a ser recolhidos normalmente.

No entanto, em janeiro de 2017, a FUNSSEST ingressou com uma nova ação, dessa vez impetrando Mandado de Segurança contra a União Federal, questionando a legitimidade para a cobrança do PIS e COFINS, em razão das peculiaridades de sua atividade social, retornando então a realizar depósitos judiciais dos referidos tributos.

Os saldos dos depósitos judiciais, referente a estas duas ações são atualizadas trimestralmente pela taxa Selic. Atualmente o montante em 2021 é de R\$ 5.152 (R\$ 4.716 em 2020).

A movimentação das provisões e depósitos judiciais é a seguinte:

Contingências	2019	Adição/ (Redução)	Atualização	2020	Adição/ (Redução)	Atualização	2021
Ações Tributárias	4.017	615	84	4.716	278	158	5.152
Ações Cíveis	20	77	-	97	-	-	97
Total Depósito Judicial	4.037	692	84	4.813	278	158	5.249
Ações Tributárias	4.017	642	84	4.743	251	158	5.152
Ações Cíveis	16	80	2	98	(57)	45	86
Total Provisão	4.033	722	86	4.841	194	203	5.238

11. PATRIMÔNIO SOCIAL

Constituído pelas sobras resultantes das movimentações de receitas e despesas dos planos assistenciais administrados pela Entidade, bem como pela remuneração das aplicações financeiras, é destinado à manutenção do seu equilíbrio técnico, objetivando a cobertura das oscilações de custos e subsídio ao aposentado.

Em 31 de dezembro de 2021 a Fundação apresentou déficit de R\$ 3.832 (superávit de R\$ 11.080 em 2020), registrando um Patrimônio de R\$ 35.473 (R\$ 39.305 em 2020). Vale ressaltar que este resultado já era esperado, considerando o contexto da pandemia da COVID 19 que gerou uma demanda reprimida de eventos indenizáveis líquidos durante o exercício de 2020. A FUNSSEST vem adotando medidas para mitigação dos custos e manutenção dos serviços prestados aos seus beneficiários.

11.1. Margem de Solvência

A Margem de Solvência corresponde à capacidade do patrimônio necessário para operar o plano no mercado de saúde e representa a manutenção do patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior. A Margem de Solvência é Regulamentada pelo artigo 5º da Resolução Normativa nº 451, de 06 de março de 2020. Em 31 de dezembro de 2021 o patrimônio social da FUNSSEST é de R\$ 35.473 (R\$ 39.305 em 2020) e atende a margem de solvência, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2021	2020
Patrimônio Social	35.473	39.305
Margem de Solvência (maior entre A ou B)	24.478	22.613
A - 20% sobre Contraprestações Líquidas (12 meses)	16.061	14.072
Total das Contraprestações Líquidas dos últimos 12 meses	80.304	70.359
B - 33% sobre Eventos Indenizáveis Líquidos (36 meses)	24.478	22.613
Média anual dos últimos 36 meses dos Eventos Indenizáveis	74.175	68.525

12. RECEITAS DE CONTRAPRESTAÇÕES, EVENTOS INDENIZÁVEIS, RECEITAS FINANCEIRAS E OUTRAS RECEITAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
CONTRAPRESTAÇÕES EMITIDAS		
Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde	73.329	63.712
Contraprestações Emitidas de Assistência Odontológica	4.509	4.376
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	<u>(2.954)</u>	<u>-</u>
Total	<u>74.884</u>	<u>68.088</u>
EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS ^(a)		
Eventos Indenizáveis de Assistência à Saúde	(77.434)	(57.013)
Eventos Indenizáveis de Assistência Odontológica	(3.602)	(2.592)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados no SUS	<u>(8)</u>	<u>(16)</u>
Total	<u>(81.044)</u>	<u>(59.621)</u>
RECEITAS FINANCEIRAS		
Receitas Financeiras	2.847	1.532
Total	<u>2.847</u>	<u>1.532</u>
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS ^(b)		
Outras Receitas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde	2.055	2.086
Outras Receitas Operacionais com Planos de Assistência Odontológica	<u>410</u>	<u>380</u>
Total	<u>2.465</u>	<u>2.466</u>

- a. Eventos Indenizáveis Líquidos correspondem a totalidade da despesa dos planos de saúde e odontológico, líquida da recuperação por glosa e coparticipação. Em 31 de dezembro de 2021 as despesas brutas totalizaram R\$ 85.666 (R\$ 63.397 em 2020), a recuperação de eventos por sua vez, totalizou R\$ 4.622 em 2021 (R\$ 3.776 em 2020), conforme demonstrado a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS		
Eventos Indenizáveis de Assistência à Saúde	(81.509)	(60.471)
(-) Recuperação de Eventos Indenizáveis Saúde	4.075	3.459
Eventos Indenizáveis de Assistência Odontológica	(4.150)	(2.910)
(-) Recuperação de Eventos Indenizáveis Odontológico	548	317
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados no SUS	<u>(8)</u>	<u>(16)</u>
Total	<u>(81.044)</u>	<u>(59.621)</u>

- b. Receitas provenientes de contribuições de associação aos planos de cobertura suplementar para garantir a permanência do beneficiário quando este se tornar assistido.

13. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A composição das despesas administrativas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas com serviços de terceiros	(65)	(54)
Despesas com publicações	-	(57)
Despesas com expediente	(190)	(176)
Despesas com tributos	(61)	(81)
Despesas judiciais	(258)	(729)
Outras despesas	<u>(5)</u>	<u>(28)</u>
Total	<u>(579)</u>	<u>(1.125)</u>

Não foram registradas despesas com pessoal próprio, tendo em vista que as atividades desenvolvidas na Fundação são reembolsadas integralmente pelo patrocinador e, portanto, são registrados no Plano de Gestão Administrativo previdenciário.

14. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações relacionadas aos planos de assistência à saúde/odontológica. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar as operações de saúde na Entidade, destacam-se:

a. Risco de Mercado

São definidos como a probabilidade de perdas diretas ou indiretas resultantes das flutuações adversas nos preços de mercado que afetam os valores dos ativos financeiros da Entidade.

b. Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus participantes é atenuado pela cobrança a uma base pulverizada de participantes e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência.

Quanto ao risco associado às suas aplicações financeiras, a gestão suportou-se em comitês que atuaram, primordialmente, avaliando as condições de mercado e apresentando propostas de apetite ao risco à Governança da Fundação, bem como revendo política de investimentos e práticas de controle.

c. Risco de Liquidez

Caracteriza-se pela possibilidade de perda decorrente da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento dos compromissos assumidos nas datas previstas, decorrente de variações nos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, o que pode ocasionar descasamento entre pagamentos e recebimentos, afetando a capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras.

A Entidade monitora o risco de liquidez de forma a encontrar a alocação adequada às necessidades e performance dos planos administrados pela FUNSSEST.

d. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

O gerenciamento do risco operacional acompanha a alteração nos cenários de exposição a riscos a que a Entidade está sujeita, refletindo o ambiente de suas operações e os compromissos com os resultados que a Entidade tem para com os participantes, funcionários, órgãos reguladores e sociedade. A Entidade monitora os riscos operacionais por meio do procedimento de autoavaliação de riscos e controles, atualizado anualmente.

e. Risco Legal

O risco legal se configura quando da possibilidade de perdas decorrentes de penalidades ou decisões desfavoráveis em aspectos legais e regulamentares que envolvam os contratos firmados e as obrigações previdenciárias, fiscais, trabalhistas e societárias da Entidade, bem como a ampliação de coberturas obrigatórias no ROL da ANS.

Para assegurar a conformidade em seus processos, a Entidade mantém contínua observação sobre o ambiente regulatório e monitora o cumprimento das obrigações legais emitida pelo órgão regulador de Assistência à Saúde, bem como na sua estrutura de governança mantemos acompanhamento periódico via matriz de risco.

15. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelo Conselho Deliberativo da FUNSSEST em 29 de março de 2022.

* * *

DIRETORIA

Paulo Henrique Wanick Mattos
Diretor Presidente

Alexandre Augusto Silva Barcelos
Diretor Financeiro

Rodrigo de Oliveira Gama
Diretor de Seguridade

Carlos Renato dos Santos da Penha
Diretor Executivo

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Roberta Araújo dos Santos
CRC GO-012826/O-0 S ES - Contadora

ASSINATURAS

ALEXANDRE AUGUSTO SILVA
BARCELOS:81356846653

Assinado de forma digital por
ALEXANDRE AUGUSTO SILVA
BARCELOS:81356846653
Dados: 2022.03.31 12:49:05 -03'00'

Alexandre Augusto Silva Barcelos
Diretor Financeiro – FUNSSEST

ROBERTA ARAUJO DOS
SANTOS:69916977100

Assinado de forma digital por ROBERTA
ARAUJO DOS SANTOS:69916977100
Dados: 2022.03.31 12:25:30 -03'00'

Roberta Araújo dos Santos
CRC GO-012826/O-0 S ES - Contadora